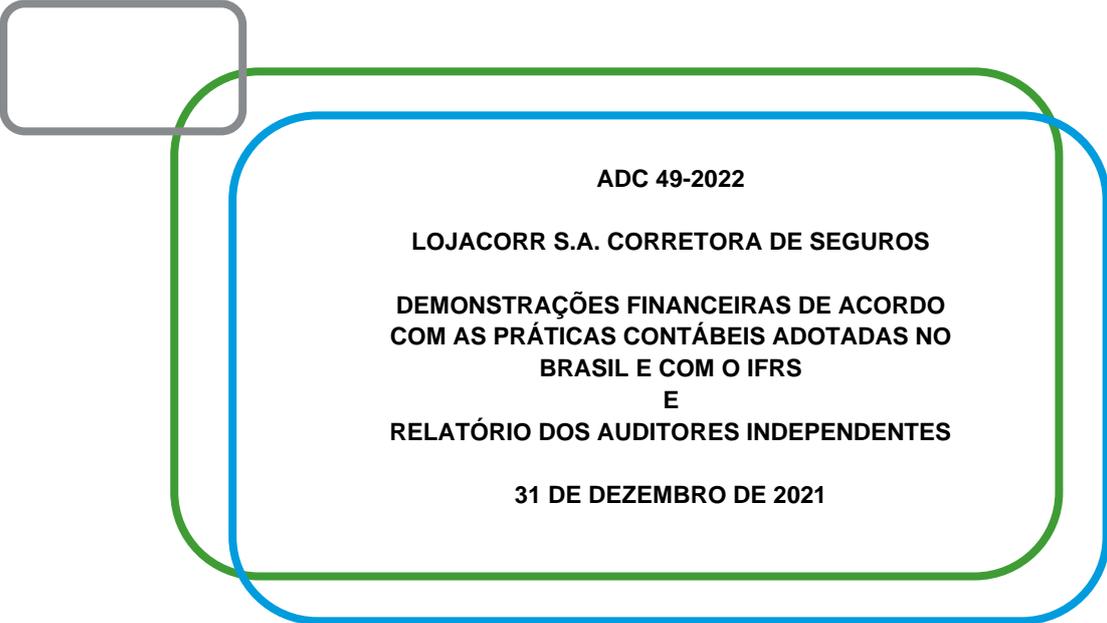




THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING





ADC 49-2022

LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO
COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO
BRASIL E COM O IFRS**

E

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

31 DE DEZEMBRO DE 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado do exercício	9
Demonstração do resultado abrangente	110
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas as demonstrações financeiras	13

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO
BRASIL E COM O IFRS**

Aos Administradores

**LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS
Curitiba – Paraná**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro 2020 da LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS, apresentadas para fins de comparação foram anteriormente por nós examinadas, cujo relatório datado de 18 de agosto de 2021 não continha modificação ou ênfase.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 25 de agosto de 2022.

RSM ACAL Auditores Independentes S/S

CVM - RJ 11.444 – CRC – PR-006492/F-5



Eduardo José Negrão

Sócio – CRC – PR-042423/O-6

ADC 49/2022 – LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	599	459
Adiantamentos a Coligadas	5	93	20
Total do Ativo Circulante		692	479
Outros Créditos	6	8	19
Adiantamentos a Coligadas	5	1.876	1.876
Total do Ativo Não Circulante		1.884	1.895
TOTAL DO ATIVO		2.576	2.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADC 49/2022 – LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Fornecedores e Outras Contas a Pagar		2	2
Impostos a Recolher	7	58	55
Adiantamento de Clientes		8	1
Total do Passivo Circulante		68	58
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	8		
Capital Social		360	360
Reserva de Lucros		60	60
Resultado Acumulado		2.088	1.896
Total do Patrimônio Líquido		2.508	2.316
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.576	2.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADC 49/2022 – LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Receita Líquida	9	3.574	4.191
(-) Custos dos Serviços Prestados		-	-
Lucro Bruto		3.574	4.191
<u>Despesas Operacionais</u>			
Despesas Administrativas	10	(17)	(37)
Outras Receitas/Despesas Operacionais		-	13
Resultado Antes dos Efeitos Financeiros		3.557	4.167
Despesas Financeiras	11	-	(18)
Receitas Financeiras	11	16	4
Resultado Antes do IRPJ e da CSLL		3.573	4.153
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	(396)	(463)
Resultado Líquido do Exercício		3.177	3.690
Quantidade média de quotas disponíveis no período		360	360
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)		8,83	10,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADC 49/2022 – LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Lucro Líquido do Exercício	<u>3.177</u>	<u>3.690</u>
Resultado Abrangente Total	<u>3.177</u>	<u>3.690</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADC 49/2022 – LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Capital Social	Reserva de Lucros	Resultado Acumulado	Total
Em 31 de Dezembro 2019	360	60	1.711	2.131
Resultado do Exercício	-	-	3.690	3.690
Lucros Distribuídos	-	-	(3.505)	(3.505)
Em 31 de dezembro de 2020	360	60	1.896	2.316
Resultado do Exercício	-	-	3.177	3.177
Lucros Distribuídos	-	-	(2.985)	(2.985)
Em 31 de dezembro de 2021	360	60	2.088	2.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ADC 49/2022 – LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	3.177	3.690
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	<u>3.177</u>	<u>3.690</u>
Contas a Receber	-	92
Adiantamentos e Outros Créditos	(62)	(66)
Impostos a Recuperar	-	1
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	<u>(62)</u>	<u>27</u>
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	-	(30)
Impostos a Recolher	3	(24)
Adiantamentos de Clientes	7	(73)
Aumento ou (Diminuição) do Passivo	<u>10</u>	<u>(127)</u>
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	<u>3.125</u>	<u>3.590</u>
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de Dividendos	(2.985)	(3.505)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	<u>(2.985)</u>	<u>(3.505)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>140</u>	<u>85</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	459	374
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	599	459
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(140)</u>	<u>(85)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

INFORMAÇÕES GERAIS

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Lojacorr S.A. Corretora de Seguros. (“Companhia”), com sede social localizada na Rua Desembargador Westphalen, nº 868, Rebouças, Curitiba – PR, possui como objetivo principal a atividade de agenciamento, corretagem ou intermediação de seguros, e tem seus impostos apurados pelo regime de Lucro Presumido.

A Companhia faz parte de um grupo econômico, tendo a maior parte de suas ações em posse da holding do grupo (HDAS Participações Societárias Ltda.). Em 31 de dezembro de 2015, a operação principal ocorria por outra empresa do grupo, a JHS Agência de Seguros Ltda. (“JHS”). Em 1 de janeiro de 2016, toda a operação foi migrada para a JHS Benefícios Agência de Seguros Ltda., que assumiu os ativos e passivos relacionados à folha de pagamentos da empresa JHS Agência de Seguros, a administração do grupo econômico.

1.1. Situação da COVID- 19

A Companhia e suas controladas continuam monitorando os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e mantém as medidas preventivas e mitigadoras adotadas desde 2020, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de seus colaboradores e continuidade de suas operações. Entre as medidas adotadas pela Companhia e suas controladas destacam-se:

- 1) Adoção de prática de trabalho *Anywhere Office* para todos os colaboradores;
- 2) Restrição de viagens;
- 3) Ajuda de custo *home office* no valor de R\$ 500,00 pago em parcela única para colaborar com a montagem do espaço do colaborador no *home office*;
- 4) Ajuda de custo mensal para as despesas de *home office* no valor de R\$ 132,00;
- 5) Pesquisa “vacinômetro” para monitorar os colaboradores que já foram vacinados e incentivar aqueles que ainda não foram vacinados;
- 6) Palestra sobre saúde física, mental e boas práticas de *home office* e trabalho *online*, sextou com S de Saúde, com foco principalmente na saúde mental e cuidados pessoais dos colaboradores;
- 7) Aditivo do contrato de trabalho contemplando o trabalho remoto;
- 8) Pesquisa semanal de senso para acompanhar o clima organizacional e adotar plano de ação rápido para casos pontuais e ou emergenciais;
- 9) *One a One* com *heads* semanais - monitorar e incentivar a boa relação entre líderes e liderados principalmente em *home office*.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Impactos Econômico-Financeiros

Atuamos na área de agenciamento e corretagem de seguros, nosso ramo de atividade não é considerado essencial, e mesmo que não sendo essencial não tivemos maiores impactos no resultado dos corretores.

Na tomada de medidas extremas para reagir ao momento de grande incerteza, foi necessário a implementação de programas de redução de gastos para adequação da estrutura de custos de acordo com as variações na receita e na geração de caixa, com acompanhamento diário.

Cumprimento de Obrigações Assumidas com os Clientes e Fornecedores

A Companhia avaliou suas obrigações com os principais fornecedores e clientes, respectivamente, e concluíram que, apesar dos impactos causados pela pandemia do COVID-19, as suas obrigações foram cumpridas, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou de liquidez.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de Preparação

2.1.1 Declaração de Conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico “CPC PME (R1)” – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de agosto de 2022.

A Companhia considerou as orientações contidas na Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 1000(R1) na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurado pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo.

2.1.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras quando existentes são demonstrados em notas explicativas;

Incertezas Sobre Premissas e Estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 15 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração do Valor Justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 13 - instrumentos financeiros.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Receita Operacional

Prestação de Serviços

A Companhia está envolvida na administração e gestão de negócios entre elas taxas de administração pagas pelas Companhias Seguradoras ou pelos corretores de seguros, taxas de serviço das corretoras associadas, taxas de licenciamento das corretoras nas operações de seguros, taxas de administração de consórcios e gestão de ativos.

A Companhia reconhece a receita com a prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base em relatórios gerenciais emitido pelas Companhias Seguradoras e pela própria Lojacorr S.A Corretora de Seguros.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.2 Receitas Financeiras e Despesas Financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receita de dividendos;
- Dividendos de ações preferenciais emitidas classificadas como passivo financeiro;
- Ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos na reavaliação a valor justo da participação pré-existente em uma companhia adquirida em uma combinação de negócio;
- Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber).

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido.

A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.3 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no lucro presumido, sendo base na prestação de serviços de 32% com as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil/ano para imposto de renda e 9% sobre a base tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.4 Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e Mensuração Inicial

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio de Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e Mensuração Subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo por meio de Resultado). No exercício de 2021 a Entidade não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) - instrumento de dívida ou VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio de Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR (Valor Justo por meio de Resultado).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos Financeiros

- **Ativos financeiros registrados a VJR (Valor Justo por meio de Resultado)** - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado** - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados, contas a receber, reembolso de projetos e outras contas a receber.

Ativos financeiros - Mensuração Subsequente e Ganhos e Perdas

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Empréstimos e recebíveis;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensurou os ativos financeiros da seguinte forma:

- **Empréstimos e recebíveis** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento** - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
- **Ativos financeiros a VJR (Valor Justo por meio de Resultado)** - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.

Passivos Financeiros - Classificação, Mensuração Subsequente e Ganhos e Perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR (Valor Justo por meio de Resultado).

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR (Valor Justo por meio de Resultado) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos Financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos Financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. a Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2021 e 2020 operações com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*.

3.5 Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ações preferenciais

As ações preferenciais resgatáveis da Companhia são classificadas como instrumento financeiro passivo, pois o pagamento de dividendos não é discricionário e elas são resgatáveis em dinheiro pelo detentor do título. Os dividendos não-discricionários são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

3.6 Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

3.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

Contratos Onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado da rescisão do contrato e o custo líquido esperado caso o contrato seja mantido. Antes de a provisão ser constituída, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados àquele contrato.

3.8 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de Caixa e equivalentes de caixa está representado pelos depósitos em conta corrente até a data de 31 de dezembro de 2021.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Conta Corrente	138	312
Aplicações Financeiras (a)	<u>461</u>	<u>147</u>
Total	<u>599</u>	<u>459</u>

(a) As aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos investimentos, são aplicações automáticas e resgatáveis no curto prazo, remuneradas em 2021 à taxa média de 0,23%. Em 2021 a taxa do CDI apresentou rendimento acumulado de 4,42%, sendo que a taxa média recebida de 0,23% representa 5,28% do CDI em 2021. Não constam penalidades em caso de resgate antes do vencimento.

A Companhia não designou as sobras de caixa para aplicações financeiras durante o exercício de 2021.

5 ADIANTAMENTOS A COLIGADAS

Os adiantamentos a coligadas ocorrem, substancialmente, entre a Lojacorr S.A. Rede de Corretoras de Seguros e são valores referentes a aportes entre empresas do grupo.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Circulante		
Lojacorr S.A. - Rede de Corretoras de Seguros	93	20
Total	<u>93</u>	<u>20</u>
	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Não Circulante		
Lojacorr S.A. - Rede de Corretoras de Seguros	1.876	1.876
Total	<u>1.876</u>	<u>1.876</u>

6 OUTROS CRÉDITOS

Refere-se a empréstimo de mútuo efetuado aos corretores da Rede, sendo R\$ 8 mil (31 de dezembro de 2021) e R\$ 19 mil (31 de dezembro de 2020).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
PIS a Recolher	2	2
COFINS a Recolher	11	11
IRPJ a Recolher	25	22
CSLL a Recolher	11	11
ISS a Recolher	9	9
Total	<u>58</u>	<u>55</u>

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Quadro Societário

	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>Valor Unitário (R\$)</u>	<u>Total (R\$)</u>	<u>% Participação</u>
Ações Ordinárias				
JHS Agência de Seguros Ltda.	180.000	1	180.000	100,00%
Total	<u>180.000</u>		<u>180.000</u>	<u>100,00%</u>

	<u>Quantidade de Ações</u>	<u>Valor Unitário (R\$)</u>	<u>Total (R\$)</u>	<u>% Participação</u>
Ações Preferenciais Não Resgatáveis				
JHS Agência de Seguros Ltda.	112.200	1	112.200	62,33%
Acionistas - Pessoa Física	67.800	1	67.800	37,67%
Total	<u>180.000</u>		<u>180.000</u>	<u>100,00%</u>

(b) Capital Social e Reservas de Capital

As ações ordinárias têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Acionistas preferenciais participam, somente até o limite do valor nominal dessas ações.

		<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Ações Ordinárias	(i)	180	180
Ações Preferenciais Não Resgatáveis	(ii)	180	180
Total		<u>360</u>	<u>360</u>

(i) Ações Ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ações Preferenciais Não Resgatáveis

Detentores de ações preferenciais não resgatáveis recebem dividendos não-cumulativos de R\$ 56,19 por ação quando da declaração de pagamento de dividendos por ações ordinárias ou por discricionariedade da Administração. Essas ações preferenciais não têm participação em qualquer outro dividendo adicional declarado para ações ordinárias e não têm direito a voto.

(c) Natureza e Propósito das Reservas

(i) Reserva Legal

É constituída à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício os termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

A redação dada do Estatuto Social é a seguinte: do lucro líquido serão deduzidos: a) A parcela de 5% (cinco por cento) de Reserva Legal, até esta atingir 20% (vinte por cento) do Capital Social; b) O saldo remanescente, considerada a eventual constituição de reserva(s) permitida(s) por lei e justificada(s) no exercício a que se referir(em).

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Reserva de Lucros	60	60
Resultado Acumulado	<u>2.088</u>	<u>1.896</u>
Total	<u>2.148</u>	<u>1.956</u>

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina que para chegar ao valor de dividendos pagos aos acionistas preferenciais, serão descontados de receita bruta gerada pelo acionista, além dos impostos, as seguintes parcelas:

- 1) 15% (quinze por cento) a título de participação da Controladora sobre o agenciamento a pago por todas as Seguradoras e segmentações;
- 2) 5% (cinco por cento) a título de participação da Unidade de Negócio ou Unidade Regional que o acionista estiver vinculado. Esta taxa será descontada dos Corretores Acionistas que ingressarem na Lojacorr S.A. Rede após o início da vigência da terceira alteração do Acordo de Acionistas e para todos os corretores que ingressaram a partir de janeiro de 2011;
- 3) 2% (dois por cento) a título de demanda judicial.

Os dividendos pagos para as ações ordinárias não serão vinculados à sua participação no capital social e serão calculados da seguinte forma:

- 1) 100% (cem por cento) dos descontos feitos a título de Participação da Controladora na receita bruta dos Acionistas detentores de ações preferenciais;
- 2) 100% (cem por cento) da remuneração paga pelas Seguradoras Foco ou Seguradoras com Acordo à Lojacorr S.A. e Associadas;
- 3) 100% (cem por cento) da distribuição de resultados adicionais pagos pelas Seguradoras,

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.**31 de dezembro de 2021****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

após o desconto dos percentuais pagos aos Acionistas Preferenciais previstos no artigo sexto;

- 4) 100% (cem por cento) da participação da Controladora na receita proveniente da participação no custo de apólice recebido das Seguradoras, descontado dos Acionistas Preferenciais.

No exercício de 2021 foi provisionado e distribuído o montante de R\$ 2.985 e em 2020 foi provisionado e distribuído o montante de R\$ 3.505.

9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas da Companhia são provenientes da prestação de serviços de agenciamento, corretagem e intermediação de seguros, sendo compostas por Taxa de Administração e Comissões de Corretagem. Sobre o faturamento são incidentes os tributos federais PIS e COFINS e o tributo municipal ISS.

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Venda de Serviços	3.809	4.466
Receita Bruta	<u>3.809</u>	<u>4.466</u>
(-) ISS	(96)	(112)
(-) PIS	(25)	(29)
(-) COFINS	(114)	(134)
(-) Custo das Vendas (Corretagem)	-	-
Receita Líquida	<u>3.574</u>	<u>4.191</u>

Os custos de corretagem são provenientes da prestação de serviços e sua composição tem origem no pagamento de comissões para os corretores de seguros sobre as apólices fechadas e concretizadas apenas.

10 DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Honorários Contábeis	(5)	(4)
Cartórios e Publicações	-	(3)
Processos Administrativos (Perdas)	-	(1)
Assistência Médica - Corretoras	(12)	(27)
Previdência Privada - Corretoras	-	(2)
Receitas Diversas	-	13
Total	<u>(17)</u>	<u>(24)</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	-	(18)
Total	<u>-</u>	<u>(18)</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de Aplicações Financeiras	16	3
Descontos Obtidos	-	1
Total	<u>16</u>	<u>4</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>16</u>	<u>(14)</u>

12 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Imposto de Renda (IRPJ)	(285)	(334)
Contribuição Social (CSLL)	(111)	(129)
Total	<u>(396)</u>	<u>(463)</u>

A Sociedade optou pela apuração do imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL) pelo regime do lucro presumido. A Seguir estão demonstrados os cálculos para apuração destes tributos:

a) Imposto de Renda

2020	Receita	Alíquota	Base de Cálculo	Receita Financeira	Base de Cálculo	Adicional 10%	Alíquota	Valor
1º Trimestre	1.141	32%	365	1	366	(31)	15%	(55)
2º Trimestre	1.073	32%	343	1	344	(28)	15%	(52)
3º Trimestre	1.112	32%	356	-	356	(30)	15%	(53)
4º Trimestre	1.144	32%	366	-	366	(31)	15%	(55)
Total	4.470		1.430	2	1.432	(120)		(215)

2021	Receita	Alíquota	Base de Cálculo	Receita Financeira	Base de Cálculo	Adicional 10%	Alíquota	Valor
1º Trimestre	976	32%	312	1	313	(25)	15%	(47)
2º Trimestre	927	32%	297	3	300	(24)	15%	(45)
3º Trimestre	985	32%	315	5	320	(26)	15%	(48)
4º Trimestre	921	32%	295	7	302	(24)	15%	(45)
Total	3.809		1.219	16	1.235	(99)		(185)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Contribuição Social

2020	Receita	Alíquota	Base de Cálculo	Receita Financeira	Base de Cálculo	Alíquota	Valor
1º Trimestre	1.141	32%	365	1	366	9%	(33)
2º Trimestre	1.073	32%	343	1	344	9%	(31)
3º Trimestre	1.112	32%	356	-	356	9%	(32)
4º Trimestre	1.144	32%	366	-	366	9%	(33)
Total	4.470		1.430	2	1.432		(129)

2021	Receita	Alíquota	Base de Cálculo	Receita Financeira	Base de Cálculo	Alíquota	Valor
1º Trimestre	976	32%	312	1	313	9%	(28)
2º Trimestre	927	32%	297	3	300	9%	(27)
3º Trimestre	985	32%	315	5	320	9%	(29)
4º Trimestre	921	32%	295	7	302	9%	(27)
Total	3.809		1.219	16	1.235		(111)

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1 Classificação Contábil e Valores Justos

As tabelas a seguir apresentam os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2021	Descrição	Valor Contábil	Valor Justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Ativo Circulante	479	459	20	-
	Valor justo por meio do resultado	599	599	-	-
	Caixa e equivalente de caixa	138	138	-	-
	Aplicações financeiras	461	461	-	-
	Empréstimos e recebíveis	20	-	20	-
	Adiantamentos	-	-	-	-
	Ativo Não Circulante	-	-	-	-
	Empréstimos e recebíveis	-	-	-	-
	Depósitos e Cauções	-	-	-	-
	Valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
	Adiantamento a coligadas	-	-	-	-
	Total	479	459	20	-

Em 31 de dezembro de 2021	Descrição	Valor Contábil	Valor Justo		
			Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Passivo Circulante				
	Custo Amortizado	(1.865)	-	(1.865)	-
	Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	-	-
	Adiantamento de Clientes	11	-	11	-
	Outros passivos	(1.876)	-	(1.876)	-
	Total	(1.865)	-	(1.865)	-

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2020		Valor Justo		
Descrição	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo Circulante	479	459	20	-
Valor justo por meio do resultado	459	459	-	-
Caixa e equivalente de caixa	312	312	-	-
Aplicações financeiras	147	147	-	-
Empréstimos e recebíveis	20	-	20	-
Adiantamentos	20	-	20	-
Ativo Não Circulante	1.895	-	1.895	-
Empréstimos e recebíveis	19	-	19	-
Depósitos e Cauções	19	-	19	-
Valor justo por meio do resultado	1.876	-	1.876	-
Adiantamento a coligadas	1.876	-	1.876	-
Total	2.374	459	1.915	-

Em 31 de dezembro de 2020		Valor Justo		
Descrição	Valor Contábil	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivo Circulante				
Custo Amortizado	58	-	58	-
Fornecedores e outras contas a pagar	2	-	2	-
Adiantamento de Clientes	1	-	1	-
Outros passivos	55	-	55	-
Total	58	-	58	-

A administração não aplica designação de instrumentos financeiros para as categorias de mantidos até o vencimento e para disponível para venda.

13.2 Classificação Contábil e Valores Justos

a) Técnicas de avaliação e *inputs* significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo do balanço patrimonial, assim como os *inputs* não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de Avaliação	Inputs Significativos Não Observáveis
Outros Passivos Financeiros*	Fluxos de caixa descontados: o modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.	Não aplicável

* Outros passivos financeiros podem incluir empréstimos bancários com e sem garantia, títulos de dívida emitidos sem garantia, notas conversíveis – componente passivo, empréstimos de coligadas e passivos de arrendamento mercantil financeiro.

b) Técnicas de avaliação e *inputs* significativos não observáveis

Em 31 de dezembro de 2021 não foram realizadas mudanças entre níveis de mensuração do valor justo segundo julgamento da administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.3 Gerenciamento dos Riscos Financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito;
- Risco de Liquidez; e
- Risco de Mercado.

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é a responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros contratados.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha 'Caixa e equivalentes de caixa' de R\$ 599 mil em 31 de dezembro de 2021 (2020 R\$ 459 mil). O 'Caixa e equivalentes de caixa' são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AAA, baseado na agência de *rating* *Fitch Ratings*.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Empresa busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais	Valor Contábil	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores e outras contas a pagar	(2)	(2)	-	-	-	-
Adiantamento de Clientes	(8)	-	-	(8)	-	-
	(10)	(2)	-	(8)	-	-

Em 31 de dezembro de 2020 Em milhares de reais	Valor Contábil	2 meses ou menos	2 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores e outras contas a pagar	(2)	(1)	-	-	-	-
Adiantamento de Clientes	(8)	-	-	(8)	-	-
	(10)	(1)	-	(8)	-	-

Os fluxos de entradas/(saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

c) Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E COM O IFRS.

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Risco de Taxa de Juros

A Companhia adota como política garantir que entre 80% e 90% de sua exposição a taxa de juros seja com base em uma taxa de juros pré-fixada. Para isso, a Companhia contrata instrumentos com taxas pré-fixadas e, para instrumentos pós-fixados, designa derivativos para proteção de variação de juros.

e) Análise de Sensibilidade para Instrumentos com Taxa de Juros Pré-fixada

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de *hedge* usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado da Companhia.

14 PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO E PARTES RELACIONADAS

14.1 Pessoal-chave da Administração

A Sociedade não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

A Sociedade também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

14.2 Partes Relacionadas

Todas as transações com partes relacionadas são realizadas em condições comerciais conforme mercado e estão divulgadas nas demais notas explicativas.

15 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2021, segundo a opinião dos assessores jurídicos a Empresa não é parte envolvida em processos de naturezas trabalhistas, tributárias ou cíveis.

16 EVENTOS SUBSEQUENTES

Conforme divulgado na nota explicativa 1.1, a **Lojacorr S.A. Corretora de Seguros** continua adotando uma série de medidas para mitigar os impactos causados pela crise instalada pela pandemia da COVID-19. Até a aprovação destas informações contábeis, os indicadores financeiros da **Lojacorr S.A. Corretora de Seguros** demonstram a preservação de parte substancial das suas receitas, da geração de caixa e de sua posição de liquidez.

ADC 49/2022 – LOJACORR S.A. CORRETORA DE SEGUROS

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS
NO BRASIL E COM O IFRS.**

31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

* * * * *

Página de assinaturas



Luiz Souza
679.038.439-15
Signatário



Diogo Silva
031.272.849-26
Signatário

HISTÓRICO

- 21 dez 2022**
09:21:42  **Télia Cristiane Oliveira Alves** criou este documento. (Empresa: Rede Lojacorr, CNPJ: 04.529.055/0008-10, E-mail: telia.oliveira@redelojacorr.com.br)
- 21 dez 2022**
13:12:32  **Luiz Fernando Cordeiro De Souza** (E-mail: luiz@contsys.com.br, CPF: 679.038.439-15) visualizou este documento por meio do IP 177.207.208.131 localizado em Florianópolis - Santa Catarina - Brazil.
- 21 dez 2022**
13:12:46  **Luiz Fernando Cordeiro De Souza** (E-mail: luiz@contsys.com.br, CPF: 679.038.439-15) assinou este documento por meio do IP 177.207.208.131 localizado em Florianópolis - Santa Catarina - Brazil.
- 21 dez 2022**
09:22:29  **Diogo Arndt da Silva** (E-mail: diogo@redelojacorr.com.br, CPF: 031.272.849-26) visualizou este documento por meio do IP 187.181.187.7 localizado em Itajaí - Santa Catarina - Brazil.
- 21 dez 2022**
09:23:07  **Diogo Arndt da Silva** (E-mail: diogo@redelojacorr.com.br, CPF: 031.272.849-26) assinou este documento por meio do IP 187.181.187.7 localizado em Itajaí - Santa Catarina - Brazil.

